



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, nº 89 – Centro, Mariana/MG.

Unidade Administrativa: Rua do Seminário, nº 237 – Centro, Mariana/MG.

www.camarademariana.mg.gov.br • Telefone: (31) 3557-6200

ATA DA TRIGÉSIMA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA, MINAS GERAIS, NO DIA VINTE E DOIS DE SETEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO (22-09-2025)

Ao vigésimo segundo dia do mês de setembro de dois mil e vinte e cinco, às dezesseis horas e sete minutos, realizou-se a trigésima reunião ordinária presencial e por videoconferência na Câmara Municipal de Mariana. **Estiveram presentes:** os Vereadores Ediraldo Arlindo de Freitas Ramos, Fernando Sampaio de Castro, Ítalo Henrique de Oliveira, João Bosco Freitas, José Antunes Vieira, Marcelo Monteiro Macedo, Maurício Antônio Borges Andrade e Silva, Pedro Ulisses Coimbra Vieira, Roberto Nicolau Cota, Ronaldo Alves Bento, Samuel de Freitas Martins, Valmir Aparecido de Oliveira, José Sales de Souza, Pedro Henrique da Paixão Sousa e Manoel Douglas Soares Oliveira. **Registrou presença:** o Secretário Edvaldo Andrade. Desse modo, o Presidente, Ediraldo Arlindo de Freitas Ramos, cumprindo o Dispositivo Regimental, havendo número legal, em nome de Deus e do Povo Marianense, declarou abertos os trabalhos. Seguidamente, o Presidente Ediraldo Arlindo de Freitas Ramos consultou os demais Vereadores se desejavam que fosse realizada a leitura da **ata da vigésima nona reunião ordinária**, realizada no dia quinze de setembro de dois mil e vinte e cinco ou alguma ressalva, **não havendo manifestação contrária, a ata foi aprovada por unanimidade.** Em ato contínuo, o Presidente solicitou à secretária a leitura da correspondência. **Diversos nº372/2025 (autoria do Senhor Cleiton Alberto de Paula, Presidente da Associação Humanitária de Serviços de Serviços Sociais Voluntários de Mariana):** “A entidade AHSSVM - Associação Humanitária de Serviços Sociais Voluntários de Mariana, CNPJ 13.464.658/0001-04, vem respeitosamente solicitar a essa casa de leis, que seja lido em oportunidade na próxima reunião, endossando a solicitação já preteritamente compilada ao apoio de todos os ilustríssimos vereadores com uma parcela da verba impositiva. O recurso de ordem financeira tem como finalidade a aquisição de veículos imprescindíveis para respostas operacionais de socorro e combate a incêndios no nosso município e distritos. Pois uma Ambulância e um caminhão, ambos veículos novos que hoje o valor total gira entre R\$1.200.000,00 (Um milhão e duzentos mil), são ferramentas instrumentais de extrema necessidade no cenário contemporâneo. Entendemos que o valor pode parecer expressivo, mas o custo benefício de nossas atuações para salvar vidas e proteger bens patrimoniais sempre irão estar pautadas na Tríade da Excelência, eficiência, eficácia e efetividade, além do mais, essas aquisições não podem ser levadas em consideração como gastos, mas sim como investimento e modelo de referência da Primaz de Minas”. Pela ordem, os Vereadores Manoel Douglas Soares Oliveira e Maurício Antônio Borges Andrade e Silva solicitaram o uso da tribuna livre antes do prosseguimento da pauta. O Presidente Ediraldo Arlindo deferiu o pleito. Em seguida, o Vereador Marcelo Monteiro Macedo suscitou uma questão de ordem, requerendo a leitura do Requerimento nº 143/2025, de sua autoria, por entender que este se relaciona diretamente ao tema a ser discutido. O Vereador observou, ainda, que o pacto firmado em dois mil e vinte permanece inexecutado pelo Executivo e ressaltou que a Regularização Fundiária Urbana constitui, portanto, a única solução legítima para pacificar a situação das famílias. Atendendo à solicitação, o Presidente determinou a leitura do requerimento e, após sua conclusão, restituiu a palavra ao Sr. Max, representante da comunidade. O Sr. Max iniciou sua manifestação ressaltando que, embora nascido em um dos distritos de Mariana, sempre se reconheceu como integrante da comunidade local. Relatou que, aos dezoito anos, teve a primeira oportunidade de acesso a um lote na invasão do bairro São Cristóvão, mas perdeu sucessivas chances de aquisição legal de imóvel. Assim, após quase vinte e três anos de ocupação, jamais teve acesso à regularização. Nesse



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, nº 89 – Centro, Mariana/MG.*

Unidade Administrativa: Rua do Seminário, nº 237 – Centro, Mariana/MG.

www.camarademariana.mg.gov.br • Telefone: (31) 3557-6200

contexto, destacou que o Comitê do Tribunal de Justiça constatou a insegurança jurídica enfrentada pelas famílias, motivando-as a buscar respaldo junto à Câmara. Acrescentou que o problema transcende as disputas político-partidárias, refletindo a ausência histórica de políticas habitacionais; diante da escassez de alternativas, os cidadãos recorreram à ocupação, contribuindo simultaneamente para a geração de riqueza local. Ressaltou, portanto, a urgência de uma audiência pública, considerando que a legislação vigente não favorece as famílias e que a REURB, embora relevante, configura apenas uma medida corretiva. Sublinhou que o objetivo primordial das famílias é o de garantir um teto seguro ao retornar de suas atividades laborais e que a compreensão da realidade local permitirá aos Parlamentares deliberar com sensibilidade e responsabilidade social. Lamentou, ainda, o insucesso da política habitacional municipal, que paradoxalmente mantém famílias em abandono, sem acesso adequado a serviços essenciais, mesmo diante da riqueza gerada pelo município, e conclamou a Câmara a se unir à população, destacando que, mesmo em condições precárias, o município se beneficia economicamente da permanência das ocupações. Logo após a fala do Sr. Max, o Vereador Manoel Douglas ponderou que não seria oportuno imputar responsabilidades políticas naquele momento, dada a complexidade da questão, reiterando seu compromisso de impedir demolições e reafirmando que a missão essencial dos Vereadores é a de representar o povo. Pela ordem, o Vereador Ítalo Henrique enfatizou o caráter histórico do problema e defendeu a participação de empresas na formulação de políticas habitacionais, posicionando-se contrário à derrubada de residências de famílias vulneráveis. Convergente a essa posição, o Vereador José Antunes Vieira manifestou solidariedade aos moradores, atribuindo a situação à ausência de políticas públicas eficazes, posição endossada pelo Vereador Fernando Sampaio de Castro, que diferenciou aqueles que ocupam por necessidade daqueles que se aproveitam da situação. Nesse sentido, o Vereador Ronaldo Alves Bento destacou que a mobilização popular amplia a responsabilidade do Legislativo, defendendo a realização da audiência pública como espaço legítimo de sensibilização e construção de soluções. O Vereador Marcelo Monteiro alertou, porém, que, sem vontade política do Executivo, não haverá avanços, embora a cooperação entre Legislativo, Executivo, Judiciário e sociedade civil possa viabilizar medidas concretas. De modo semelhante, o Vereador Maurício reiterou a necessidade de políticas que assegurem a manutenção da moradia, destacando a disposição do Prefeito ao diálogo. Seguindo entendimento análogo, o Vereador Pedro Ulisses Coimbra garantiu apoio incondicional e defendeu a audiência pública como instrumento adequado à construção de soluções. O Vereador José Sales assinalou que o diálogo entre Executivo, Judiciário e proprietários constitui o primeiro passo, posição reforçada pelo Vereador Valmir Aparecido, que salientou a importância da união e da negociação. Em ato contínuo, o Vereador Pedro Sousa vinculou a situação à herança colonial e à ausência de reforma agrária, pedindo desculpas à comunidade pela omissão histórica. Pela ordem, o Vereador Samuel de Freitas reafirmou o comprometimento de solidariedade e apoio irrestrito aos moradores. Na sequência, o cidadão Danilo Rodrigues Caldeira denunciou o descumprimento do acordo de doação de terras à Mina da Passagem, que prometera emprego e renda, mas jamais se concretizou, lembrando que seu avô trabalhou por vinte e cinco anos na mina, sofrendo graves problemas de saúde. Por fim, o Presidente Ediraldo Arlindo assegurou que a comunidade poderá contar com o compromisso desta Casa Legislativa e de seus membros na busca de soluções efetivas, reiterando o dever institucional de atuar em defesa dos direitos das famílias afetadas. Subsequentemente, o Presidente, Ediraldo Arlindo, solicitou à secretária a leitura dos projetos de lei.

Projeto de Lei Substitutivo nº352/2025 (autoria do Vereador Samuel de Freitas Martins):
“Institui no âmbito do Município de Mariana, a festividade tradicional ‘Arraiá de Sumidô’, realizada



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, nº 89 – Centro, Mariana/MG.

Unidade Administrativa: Rua do Seminário, nº 237 – Centro, Mariana/MG.

www.camarademariana.mg.gov.br • Telefone: (31) 3557-6200

anualmente no distrito de Padre Viegas, incluindo-a no Calendário Oficial de Eventos do Município". **Projeto de Lei nº374/2025 (autoria do Prefeito Juliano Vasconcelos Gonçalves):** "Cria o programa TEAbrço e Amigo Down no âmbito do município de Mariana e dá outras providências". **Projeto de Lei nº375/2025 (autoria do Prefeito Juliano Vasconcelos Gonçalves):** "Altera a Lei Municipal nº3.839, de 10 de março de 2025 e dá outras providências". **Projeto de Lei Complementar nº376/2025 (autoria do Prefeito Juliano Vasconcelos Gonçalves):** "Dispõe sobre o Sistema de Avaliação de Desempenho dos Servidores Públicos da Rede Municipal de Ensino do Município de Mariana/MG e dá outras providências". **Projeto de Lei nº377/2025 (autoria do Prefeito Juliano Vasconcelos Gonçalves):** "Institui o Programa de Incentivo à Participação e Desempenho nas Avaliações do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), que compõe o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) no âmbito do Município de Mariana (MG)". **Projeto de Lei nº378/2025 (autoria do Prefeito Juliano Vasconcelos Gonçalves):** "Autoriza o Município a conceder transferência de recursos na modalidade contribuição e firmar instrumento de parceria com a entidade Corporação Musical Sagrado Coração de Jesus e dá outras providências". Com a palavra, o Vereador Marcelo Monteiro Macedo declarou: *senhor Presidente, pela ordem, esse projeto entrou pra leitura hoje. Não é isso? Mas como o Samuel já conversou comigo e nós tivemos uma conversa nos bastidores, sabemos da importância desse evento, lá, o que ele representa pra Padre Viegas, festival do cuscuz,... eu sei o empenho do Samuel nessa festa, lá em Padre Viegas. Então, seu Presidente, eu vou abrir mão dos meus direitos regimentais desta Casa, pra poder dar este voto pro Vereador Samuel, lá pro distrito de Padre Viegas. Lembramos que nós estamos abrindo mais um precedente nesta Casa.* **Projeto de Lei nº381/2025 (autoria do Vereador Marcelo Monteiro Macedo):** "Institui no Município de Mariana, o Dia Municipal pela Saúde da Mulher e pela Redução da Mortalidade Materna e dá outras providências". Posteriormente, o Presidente solicitou à secretária a leitura da emenda. **Emenda Modificativa, Aditiva e de Redação Final nº40/2025 ao Projeto de Resolução Substitutivo nº17/2025 (autoria do Vereador Ediraldo Arlindo de Freitas Ramos):** "Dispõe sobre: institui a comenda de honra ao mérito esportivo". Em seguida, o Presidente solicitou à secretária a leitura dos requerimentos. **Requerimento nº138/2025 (autoria do Vereador José Antunes Vieira):** "Requer-se que após lido e aprovado o presente procedimento, encaminhe cópia ao Chefe do Poder Executivo e se remeta ao Sr. André Belico, Secretário de Obras e Planejamento, requer que nos prazos da lei envie a esta Casa as seguintes informações referentes a ponte de tábua, conhecida popularmente como "Ponte de Balanço": 1.Já foi realizada vistoria técnica imediata na Ponte de Tábua, situada no bairro Santo Antônio, conhecida popularmente por Ponte de Balanço, pela equipe da Secretaria Municipal de Obras Públicas ou outro órgão competente para avaliar as condições da ponte? Em caso afirmativo, quais foram as conclusões da avaliação? Caso Positivo emitir relatório. 2.Existe previsão de reparo emergencial ou substituição da ponte por uma estrutura segura e duradoura? Qual é o cronograma previsto para essa ação? 3.Está prevista a implementação de sinalização preventiva, iluminação e reforços estruturais, garantindo a travessia segura da população? 4.Existe um plano de manutenção periódica da ponte, que evite a reincidência do problema e minimize riscos futuros à comunidade? **Aprovado por unanimidade em única discussão e votação.** **Requerimento nº140/2025 (autoria do Vereador Ediraldo Arlindo de Freitas Ramos):** "Requer-se que após aprovado, seja encaminhada cópia desta proposição ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal convocando o Exmo. Sr. André Belico, Digníssimo Secretário Municipal de Obras e que este venha acompanhado da equipe elétrica, Exmo. Sr. Marcos Eduardo Batista, Digníssimo Secretário Municipal de Cultura, Patrimônio Histórico, Turismo e Lazer e Presidente do COMPAT, O Exmo. Sr. Pedro Mol Leite,



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, nº 89 – Centro, Mariana/MG.

Unidade Administrativa: Rua do Seminário, nº 237 – Centro, Mariana/MG.

www.camarademariana.mg.gov.br • Telefone: (31) 3557-6200

Digníssimo Secretário Municipal de Diversificação Econômica, Tecnologia e Inovação e que envie um ofício convidando a Ilma. Sra. Ana Cristina Coura Mól, Presidente da ACIAM e o representante da empresa VALENET para uma reunião a ser agendada por V. Exa. Para tratarmos sobre: Discutirmos sobre o Serviço de internet banda larga sem fio, preservando o patrimônio histórico a exemplo que a empresa VALENET ofertou na cidade de Vizinha de Ouro Preto. **Aprovado por unanimidade em única discussão e votação. Requerimento nº143/2025 (autoria do Vereador Marcelo Monteiro Macedo):** “Requer-se a V. Exa. que encaminhe ofício ao Chefe do Poder Executivo para que, nos prazos da Lei, encaminhe a seguinte solicitação: venho por meio deste Requerimento, com vista a dar um norte as preocupações de centenas de famílias do bairro Santa Rita e adjacências, que, aparentemente por negligência do poder executivo municipal, se vêem em situação de proeminente desamparo, correndo riscos de perderem seu teto, sua moradia. Para tanto, já justifico no presente Requerimento a necessidade de trâmite mais célere, pois a situação afeta milhares de marianenses aflitos. Desta forma, Excelências, requer-se as seguintes informações: 1. Antes do acordo de 2019 entre Município de Mariana e Ministério Público, firmado nos autos n. 5000662-39.2019.8.13.0400 (cumprimento de sentença contra a fazenda pública) houve realização de audiência pública para expor a todas as famílias potencialmente atingidas a grave situação que se criou com o acordo? As famílias concordaram previamente com o termo de acordo firmado pelo Município de Mariana? Quais evidências existem desta concordância da população local com o acordo, a época? 2.Houve elaboração de relatórios com estratificação dos gastos e possibilidade ou não de execução do acordo pelo setor da Ação Social, Defesa Civil, Procuradoria, Fazenda e Planejamento? Se sim, quais evidências deste diagnóstico prévio de possibilidade de execução do acordo? 3.Como o poder executivo municipal chegou ao prazo exíguo de 01 ano para retirar todas as famílias do bairro Santa Clara, tal como consta expressamente no acordo? Não seria muito pouco tempo para retirada? 4.Quais as possibilidades de compensação ambiental previstas antes da celebração do acordo (uma vez que o município garantiu no acordo que faria as compensações ambientais). Quais seriam? Seriam implementadas com quais recursos? 5.Há alguma garantia de que recursos federais do PAC sejam realmente liberados para execução deste acordo firmado entre município e MP? Quais garantias reais existem de liberação do PAC? 6.Tendo o acordo firmado pelo poder Executivo com o MP, em 2019, força de coisa julgada (art.515, I e III, CPC), não podendo mais ser unilateralmente alterado, quais medidas judiciais cabíveis serão impetradas pelo poder executivo? 7.Havia ou ainda há possibilidade de se resolver a demanda pelo REURB? Se sim, porque não foi feito? 8.Requer-se, por derradeiro, todas as atas de reuniões da Comissão Municipal do REURB, bem como cópia de todas as nomeações e substituições de membros da comissão do REURB, do ano 2025”. **Aprovado por unanimidade em única discussão e votação. Requerimento nº144/2025 (autoria dos Vereadores Manoel Douglas e Maurício Antônio Borges):** “Requer a convocação de audiência pública destinada a promover o debate sobre as ações judiciais de reintegração de posse, ajuizadas pela companhia Mina da Passagem, em face dos moradores dos bairros Santa Rita de Cássia, Cabanas, Santa Clara e Serrinha no município de Mariana”. **Aprovado por unanimidade em única discussão e votação.** Nessa ordem, o Presidente solicitou à secretária a leitura da moção de aplauso. **Moção de Aplauso nº14/2025 (autoria do Vereador Fernando Sampaio de Castro):** “Moção de Aplauso para com a senhora Lídia Mara Coelho”. **Aprovada por unanimidade em única discussão e votação.** Em ato contínuo, o Presidente solicitou à secretária a leitura das moções de pesar. **Moção de pesar do Senhor Geraldo Ribeiro (autoria do Vereador Ediraldo Arlindo de Freitas Ramos).** **Moção de pesar da Senhora Maria Geralda dos Santos (autoria do Vereador**



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, nº 89 – Centro, Mariana/MG.

Unidade Administrativa: Rua do Seminário, nº 237 – Centro, Mariana/MG.

www.camarademariana.mg.gov.br • Telefone: (31) 3557-6200

Ronaldo Alves Bento). Moção de pesar do Senhor José Sampaio Lima (autoria dos Vereadores João Bosco de Freitas, Fernando Sampaio de Castro, José Sales, José Antunes, Pedro Ulisses, Samuel de Freitas Martins, Valmir Aparecido e Ediraldo Arlindo de Freitas Ramos). Moção de pesar do senhor Pedro Maurilio dos Santos (autoria do Vereador Valmir Aparecido de Oliveira, José Antunes Vieira e Pedro Ulisses). Moção de pesar do Yuri Gonçalves Silva (autoria do Vereador Ediraldo Arlindo de Freitas Ramos). Moção de Pesar do senhor Neli Gonçalves Miguel (autoria do Vereador Ediraldo Arlindo de Freitas Ramos). Prontamente, o Presidente solicitou à secretária a leitura dos pareceres. **Projeto de Lei nº364/2025 (autoria do Prefeito Juliano Vasconcelos Gonçalves):** “Institui o Plano de Segurança de Água (PSA) e Gestão de Riscos em Sistemas de Abastecimento de Água (SAA) do Município de Mariana - MG e dá outras providências”. **Aprovado por unanimidade em primeira discussão e votação. Projeto de Lei nº373/2025 (autoria do Vereador Fernando Sampaio de Castro):** “Declara de Utilidade Pública Municipal o ‘Sindicato dos Artesãos de Cachoeira do Brumado - Mariana/MG’”. **Aprovado por unanimidade em única discussão e votação. Projeto de Lei nº378/2025 (autoria do Prefeito Juliano Vasconcelos Gonçalves):** “Autoriza o Município a conceder transferência de recursos na modalidade contribuição e firmar instrumento de parceria com a entidade Corporação Musical Sagrado Coração de Jesus e dá outras providências”. **Aprovado por unanimidade em única discussão e votação. Projeto de Resolução nº16/2025 (autoria dos Vereadores Pedro Henrique da Paixão Sousa e Ronaldo Alves Bento):** “Altera artigo 36 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Mariana e revoga as Resoluções 046/2004 e 03/2011”. **Aprovado por unanimidade em segunda e terceira discussão e votação.** Conforme previamente solicitado, antes do uso da palavra livre, o Vereador Pedro Ulisses Coimbra parabenizou o Prefeito, o Secretário de Estradas e os demais servidores da pasta pelo desempenho exemplar. Reconheceu, ainda, a atuação dos organizadores da Comitiva Rédea Solta, evento realizado no último domingo, que contou com a presença de diversos Vereadores. Destacou, também, o trabalho da equipe responsável pela pavimentação asfáltica. Ademais, agradeceu ao jornal Espeto pela divulgação de uma matéria referente ao projeto de lei de sua autoria, que institui a Feira Literária no calendário cultural municipal, e reiterou felicitações ao Secretário de Cultura pelo empenho em prol dos variados segmentos da comunidade. Na sequência, o Vereador José Antunes Vieira ressaltou o êxito da Comitiva Rédea Solta e a relevância do apoio institucional do Prefeito, enfatizando que todas as cavalgadas merecem respaldo governamental por preservarem a cultura viva. Destacou, igualmente, o jornal Panfletus pelo evento Destaque Empresarial, evidenciando sua importância para o desenvolvimento econômico e a valorização do empresariado local. De forma análoga, o Vereador Ítalo Henrique prestou homenagens aos atletas marianenses no contexto do tradicional Giro Esportivo, reconhecendo seu desempenho notável em diversas modalidades. Evidenciou a relevância do Arraial do Simão como espaço de integração comunitária e enalteceu o cuidado da Secretaria de Esportes com a quadra da arena, cuja manutenção anterior era insuficiente, especialmente em relação ao piso. Reconheceu, ainda, a Comitiva Rédea Solta, embora não tenha comparecido pessoalmente, e valorizou os organizadores da FLIMARI, destacando a importância de iniciativas que incentivam a leitura em detrimento do consumo excessivo de telas digitais. Encerrando sua fala, mencionou o aniversário de seu pai, falecido, assegurando que ele se orgulharia das atividades desempenhadas pelo filho. O Vereador Pedro Sousa, por sua vez, reconheceu o evento Destaque Empresarial, celebrado no último fim de semana, destacando o empenho de micro e grandes empresários no desenvolvimento local. Paralelamente, destacou a Comitiva Rédea Solta e evidenciou a atuação de um rapper marianense vencedor das batalhas de rap em Ouro Preto, reforçando a



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, nº 89 – Centro, Mariana/MG.

Unidade Administrativa: Rua do Seminário, nº 237 – Centro, Mariana/MG.

www.camarademariana.mg.gov.br • Telefone: (31) 3557-6200

necessidade de investimentos na cultura e nos talentos locais. Por fim, cumprimentou o Prefeito pela parceria com o banco SICREDI, ação voltada à educação financeira, salientando a importância de instruir as crianças sobre o planejamento e a gestão de recursos pessoais. Nessa toada, o Vereador Manoel Douglas reconheceu a organização da Comitiva Rédea Solta e o jornal Panfletus pela realização do Troféu Empresarial, sublinhando a importância de iniciativas voltadas ao desenvolvimento econômico e social do município. Em seguida, o Vereador Marcelo Monteiro Macedo mencionou o leilão da BR-356, ocorrido na última sexta-feira, no contexto da duplicação da via e, destacou que, não obstante as audiências públicas realizadas, esta Casa Legislativa cumpriu o dever de convocar os moradores do distrito de Passagem, reafirmando a importância da participação popular. Reconheceu também o esforço do Vereador Samuel de Freitas na organização da festa em Padre Viegas e enfatizou que os eventos do calendário municipal devem contar com apoio financeiro do Executivo. Acrescentou, ainda, a necessidade de debater projetos de gestão hídrica, sinalizando diálogo com técnicos do SAAE sobre hidrometração e controle de consumo, visando à regularização do abastecimento em localidades como Serrinha e Santa Clara, cuja previsão de conclusão se estende até dois mil e trinta e cinco. Encerrando sua intervenção, reiterou o reconhecimento ao Sr. Max pela postura exemplar e pela oratória precisa. Na sequência, o Vereador Ronaldo Bento, em resposta às colocações do Vereador Marcelo Monteiro Macedo, destacou que a segurança jurídica do traçado da BR-356 depende da anuência do poder público municipal, considerando que a duplicação atravessará áreas de domínio local e exige proteção às famílias residentes, tanto no distrito de Passagem quanto nas proximidades do supermercado BH. Pela ordem, o Vereador Valmir Aparecido, por sua vez, agradeceu e reconheceu o Prefeito, bem como os secretários, pelo apoio à festividade da Vila Santa Efigênia, estendendo elogios aos organizadores da Comitiva Rédea Solta. Por fim, o Vereador Samuel felicitou os responsáveis pelo encontro das bandas, realizado em conjunto com a Secretaria de Cultura, agradeceu à Prefeitura Municipal de Mariana pela cessão de um espaço adequado à promoção da cultura musical e reiterou saudações à Comitiva Rédea Solta e a toda equipe organizadora. **ENCERRAMENTO:** Não havendo mais a tratar, “em nome de Deus e do povo Marianense,” o Presidente, Ediraldo Arlindo de Freitas Ramos, encerrou a reunião às dezoito horas e cinquenta e sete minutos.